

## ATA

Aos 21 de Agosto de 2024, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Cuba, sob a presidência do Senhor Presidente da Câmara, João Manuel Casaca Português, realizou-se a septuagésima quinta reunião Ordinária deste Órgão Executivo, com a participação dos Senhores Vereadores Filipe Domingos Candeias Chora, Jorge Manuel Rolim Caixeiro, Sandra Manuela Figueira Heleno Serrano e Hugo Miguel das Dores Soudo.

Participou também nos trabalhos o Chefe da Divisão de Ambiente, Ordenamento, Desenvolvimento e Sociedade, Vítor Manuel Parreira Fialho, a quem incumbe a função de prestar os esclarecimentos julgados necessários sobre os assuntos submetidos a deliberação.

Esteve também presente o Coordenador Técnico José Francisco Ribeiro Roque, trabalhador designado para secretariar as reuniões do Órgão Executivo Colegial.

A reunião teve início às 9:30, depois dos membros da Câmara em cima enunciados terem tomado os seus lugares e se verificar existir quórum.

### A) Período antes da ordem do dia

Sem assuntos

### B) Balancete de tesouraria

Balancete referente ao dia 20 de Agosto de 2024: 617 560,67

### C) Ordem do dia

#### 1. Alteração n.º 6 ao Orçamento e GOP's de 2024. Processo 2320/2024. Informação económico-financeira

A modificação ao orçamento e às GOP'S, enquadra-se no enumerado no Dec.- Lei nº 192 /2015, "As alterações orçamentais constituem um instrumento de gestão orçamental que permite a adequação do orçamento à execução orçamental ocorrendo a despesas inadiáveis, não previsíveis ou insuficientemente dotadas, ou receitas imprevistas. As alterações orçamentais podem ser modificativas ou permutativas, assumindo a forma de inscrição ou reforço, anulação ou diminuição ou crédito especial".

João Manuel Casaca Português (1 / 6)  
Presidente da Câmara Municipal  
Data: 21/08/2024  
HASH: 80dfb201d2ce5ac21c7fb14d5587773



Filipe Domingos Candeias Chora (2 / 6)  
Vereador  
Data: 21/08/2024  
HASH: 47ad43885343b80dcd8248da7905e9e



Sandra Manuela Figueira Heleno Serrano (3 / 6)  
Vereadora  
Data: 21/08/2024  
HASH: bdb3dd1f9fec672f515ebb350aeb0b7b



Na alteração n.º 06 ao orçamento da despesa, a modificação ocorreu para fazer face a reforços relacionados com: aquisição de combustíveis –outros, artigos de higiene e limpeza, ferramentas e utensílios, outros bens diversos e despesas de conservação de bens. A nível das despesas com o pessoal, foram efetuados alguns ajustamentos. O Plano Plurianual de Investimentos sofreu modificações (reforços) nos seguintes projetos:

02 251 2002/45- O reforço ocorreu para fazer face a despesa relacionada com a reparação da viatura “Renault 63-SD-56”;

03 331 200/60 ação1- O reforço ocorreu para fazer face a despesa relacionada com a aquisição de pó de pedra para arruamentos;

03 342 2015/4 ação 4- O reforço ocorreu para fazer face a despesa relacionada com a reparação do chão da casa de arrumos - Ecopark ; As Atividades Mais Relevantes sofreram modificações (reforços) nos seguintes projetos:

01 121 2002/5009- O reforço ocorreu para fazer face à alteração ao protocolo 2º semestre do ano de 2024(transferência de verbas correntes para reforço de verbas de capital);

02 211 2022/5003 ação 1 subação 9 e 11- O reforço ocorreu para fazer face a acertos de cabimentação de despesa relacionada com procedimentos de aquisição de serviços e de assistência técnica - EBI;

02 251 2020/5010 ação 2- O reforço ocorreu para fazer face a despesa relacionada com despesas de edição do livro do projeto em epígrafe; 02 251 204/5001 ação 2- O reforço ocorreu para fazer face a despesa relacionada com despesas de edição do livro do projeto em epígrafe

02 251 2024/5011-- O reforço ocorreu para fazer face à alteração ao protocolo 2º semestre do ano de 2024(transferência de verbas correntes para reforço de verbas de capital);

02 252 2002/5040 ação 2-- O reforço ocorreu para fazer face à alteração ao protocolo 2º semestre do ano de 2024(transferência de verbas correntes para reforço de verbas de capital);

03 341 2002/5050 ações 1,2,4,7 - O reforço ocorreu para fazer face a novos compromissos (lançamento de procedimentos) relacionada com o projeto (feira anual de Cuba 2024);

04 410 2002/5055-- O reforço ocorreu para fazer face a acertos de cabimentação relacionados com o projeto;

04 420 2004/5058 ação 1-- O reforço ocorreu para fazer face à alteração ao protocolo 2º semestre do ano de 2024(transferência de verbas correntes para reforço de verbas de capital),

Foi presente à Câmara o despacho do Sr. Presidente que aprovou a alteração.

Jorge Manuel Rolim Calixto (4 / 6)  
Escrutador em regime de prestação de serviços  
Data: 21/08/2024  
HASH: 77bca9a0e8ae3408645c508dfab581



Hugo Miguel das Neves Soudo (5 / 6)  
Escrutador em regime de prestação de serviços  
Data: 21/08/2024  
HASH: aa44df5bcb883780c25e98db956116d



José Francisco Ribeiro Roque (6 / 6)  
Coordenador Técnico  
Data: 21/08/2024  
HASH: 2120891c3bec3304cd4a69fbb742195





A Câmara, por maioria, com a abstenção dos vereadores do PS, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, que determina que *“Em circunstâncias excepcionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”*, deliberou ratificar o despacho do Presidente da Câmara.

## **2. Proposta para venda ao público das edições “Breve Cronologia Ilustrada do 25 de Abril no Alentejo” e “Fialho de Almeida e a Literatura Comparada – Leituras Cruzadas. Processo 2298/2024. Ações de carácter cultural**

A edição de publicações que abrangem diversas temáticas de interesse municipal tem sido uma área privilegiada da Câmara Municipal de Cuba, assim como o apoio à edição de obras relacionadas com a região e as suas gentes. Neste sentido a Câmara editou, no âmbito das comemorações dos 50 Anos do 25 de Abril, a obra “Breve Cronologia Ilustrada do 25 de Abril no Alentejo” que assinala resumidamente e com recurso a ilustrações, diversas datas relevantes da história do nosso país, com especial destaque no Alentejo, no que diz respeito ao caminho que levou à Revolução de Abril de 1974. Editou ainda, em parceria com a Universidade de Évora e a Associação Portuguesa de Literatura Portuguesa, o livro “Fialho de Almeida e a Literatura Comparada – Leituras Cruzadas” com coordenação de Odete Jubilado e Sandra Braz, com o objetivo de internacionalizar o escritor e enaltecer o seu legado e memória.

No cumprimento dos objetivos delineados para uma melhor informação e divulgação das obras editadas pelo município, proponho:

1. A colocação para venda, de exemplares da edição “Breve Cronologia Ilustrada do 25 de Abril no Alentejo”, na Biblioteca Municipal, Museu Literário Casa Fialho de Almeida e Posto de Turismo de Cuba, pelo valor de 10,00€ (IVA incluído à taxa de 6%);
2. A colocação para venda, de exemplares da edição “Fialho de Almeida e a Literatura Comparada – Leituras Cruzadas”, na Biblioteca Municipal, Museu Literário Casa Fialho de Almeida e Posto de Turismo de Cuba, pelo valor de 20,00€ (IVA incluído à taxa de 6%).

A Câmara, por unanimidade deliberou determinar:

1. A venda ao público da edição “Breve Cronologia Ilustrada do 25 de Abril no Alentejo” pelo valor de 10,00 (IVA incluído à taxa de 6%);
2. A venda ao público da edição “Fialho de Almeida e a Literatura Comparada – Leituras Cruzadas” pelo valor de 20,00 (IVA incluído à taxa de 6%).

## **3. PCP. Pedido de empréstimo do Cravo Gigante. Processo 2296/2024. Ações de carácter cultural**

Vem a Direção Regional do Alentejo do Partido Comunista Português por à consideração





da Câmara a possibilidade de cedência temporária à Festa do Avante, ou seja, pelo período de realização da Festa do Avante, do Cravo gigante instalado no Largo da Bica, em Cuba, para que este figure no Espaço Alentejo. Dada a complexidade da montagem deste elemento decorativo, põem igualmente à consideração a possibilidade de, em caso de resposta positiva, os funcionários da Câmara apoiarem na montagem do referido Cravo.

De acordo com o disposto no DL 75/2013, de 12/09, designadamente no artigo 33.º alínea ee) compete à Câmara Municipal: " Criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados, por lei, sob administração municipal."

A Câmara por unanimidade, deliberou considerar a possibilidade de empréstimo temporário do elemento decorativo para o fim pretendido. Relativamente à possibilidade de apoio na montagem por parte dos funcionários do município, deverá a entidade requerente encontrar uma solução alternativa.

#### **4. Maria João Bento Branco. Processo 2206/2024. Concessão de espaço no Mercado Municipal**

Vem a Sr.ª Maria João Bento Branco, manifestar interesse em arrendar a loja do mercado, uma vez que teve conhecimento que o atual arrendatário irá deixar o referido espaço. De acordo com o disposto no art.º 33, alínea ee) do Dec.-Lei n.º 75/2013, de 9 de setembro é competência das Câmara: Criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados, por lei, sob administração municipal.

A Câmara, por unanimidade, uma vez que o espaço se encontra vago, deliberou atender a pretensão da requerente e formalizar o respetivo contrato de arrendamento.

#### **5. Vitor Gil Fitas Carapuça. Processo 2334/2024. Concessão de banca, terrado em feira ou mercado**

Solicita o Sr. Vitor Gil Fitas Carapuça o arrendamento do espaço do mercado Municipal onde funcionava a lojinha do mercado. Diz o nosso Regulamento do mercado Municipal, designadamente, na SECÇÃO II REGRAS DE OCUPAÇÃO DOS LUGARES, Artigo 9.º Competência, que:

1. Compete à Câmara Municipal decidir sobre a ocupação das bancas e lojas do mercado.

5. Nenhum agente económico, por si por interposta pessoa, pode ser titular de mais de dois lugares no mercado municipal, incluindo lojas, bancas ou lugares de terrado, independentemente da forma de atribuição da concessão. Informamos que o ora requerente é arrendatário, neste momento, de 2 espaços no Mercado Municipal, concretamente os talhos 3 e 4. Assim, não nos parece poder a Câmara atender o pedido do requerente uma vez que contraria o disposto no referido Regulamento.





A Câmara, por unanimidade, atendendo a que o requerente já é titular de dois lugares no mercado municipal, não pode considerar o pedido sob pena de contrariar o disposto no referido Regulamento Municipal.

#### **6. Procedimento para Atribuição de Bares Junto ao Palco Principal no Recinto da Feira Anual de Cuba 2024. Processo 2292/2024. Ações de carácter cultural**

A Câmara Municipal de Cuba, irá realizar de 29 de agosto a 2 de setembro, mais uma edição da tradicional Feira Anual de Cuba. Na sequência da abertura das Propostas para Atribuição de Bares junto ao Palco Principal e Tasquinhas junto ao Palco Secundário no Recinto da Feira Anual de Cuba 2024, realizado no passado dia 1 de agosto de 2024, vem o serviço de Ação Cultural dar a conhecer os resultados obtidos nos referidos procedimentos:

#### **BARES JUNTO AO PALCO PRINCIPAL**

- 1.º Hália Manuel Brissos Feio – 1.101,99 € + IVA;
- 2.º José Francisco Brissos Feio - 1.098,99 € + IVA;
- 3.º Adérito Manuel Penedo Feio Brissos - 1.097,99 € + IVA;
- 4.º Vilma Maria Brissos Feio - 1.096,99 € + IVA;
- 5.º Hália Maria Pinheiro Brissos Feio - 1.095,99 € + IVA;
- 6.º Marcos da Silva Pires Júnior - 1.095,99 € + IVA;
- 7.º Inês Isabel Vasco Brás - 1.025,00 € + IVA;
- 8.º Maria José Bento Brissos Matos - 1.000,00 € + IVA;

#### **BARES TIPO TASQUINHA JUNTO AO PALCO SECUNDÁRIO**

- 1.º Clube de Patinagem Artística de Cuba - 705,00 € + IVA;
- 2.º Associação Desportiva Cubense - 654,50 € + IVA;
- 3.º Inácia Francisca Orelha Soudo - 650,00 € + IVA;
- 4.º Salsicharia Messejanense - 575,00 € + IVA;
- 5.º Grupo Coral Os Ceifeiros de Cuba - 550,00 € + IVA.
- 6.º Inês Isabel Vasco Brás - 550 € + IVA.

De acordo com o ponto 3.11 e 3.12 das Normas de Funcionamento da Feira Anual de Cuba, e após ter ficado um lugar vago no concurso das tasquinhas, foi enviado um convite



à preponente Inês Brás, para ocupar o mesmo, tendo este convite sido aceite pela concorrente.

Por força das competências que são cometidas ao presidente do órgão executivo do município pela alínea o) do n.º 1 do art. 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, no que concerne ao estabelecimento e distribuição da ordem do dia das reuniões desse mesmo órgão, devem os presentes resultados ser remetidos à reunião da câmara municipal que terá lugar no próximo dia 21 de agosto de 2024, para que nela possa ser conhecido o seguinte:

1. Resultados finais do Concurso Público, para Atribuição de 6 Bares junto ao palco principal e 6 Tasquinhas junto ao palco secundário da Feira Anual de Cuba – edição de 2024.

A Câmara, por unanimidade deliberou homologar a ata do júri do concurso do procedimento em título.

#### **7. Dispensa de apresentação de título de utilização. Processo 1933/2024. Outras certidões ou documentos urbanísticos**

Relativamente ao pedido apresentado para emissão de certidão de dispensa de licença de utilização, verifica-se que existe certidão comprovativa, emitida pela CMC, em 12/02/2024, que atesta que o prédio sito na Rua de Évora, 34, inscrito na matriz predial de Cuba, sob o n.º 882, foi efetivamente inscrito antes de 7 de Agosto de 1951, e não tendo sofrido alteração, encontra-se dispensado da apresentação de título de utilização. Pode ser emitida nova certidão nos termos requeridos, dado que se mantêm os pressupostos de facto e de direito, que levaram à emissão da certidão anterior.

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75 /2013, de 12/09, que determina que *“Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”*, deliberou ratificar o despacho do Presidente da Câmara.

#### **8. Confirmação de toponímia. Processo 2134/2024. Outras certidões ou documentos urbanísticos**

Para os devidos efeitos informo que o prédio Urbano designado por Lote 38 e descrito na C. R. Predial de CUBA sob o art.º 1868 anteriormente teve a sua localização anterior como sendo no Rossio de São Brás freguesia e Concelho de Cuba atualmente está localizado na Rua Amália Rodrigues para onde possui o nº 3 de polícia.





Foi presente à Câmara o despacho do Sr. Presidente que, com base na informação da Fiscalização deferiu o pedido de correspondência toponímica do prédio urbano atualmente sito na Rua Amália Rodrigues com o n.º 3 de polícia, local anteriormente denominado Rossio de São Brás, a que correspondia o lote 38.

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75 /2013, de 12/09, que determina que *“Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”*, deliberou ratificar o despacho do Presidente da Câmara.

#### **9. Toponímia e Numeração Policial. Processo 2215/2024. Outras certidões ou documentos urbanísticos**

Solicita o requerente a confirmação da toponímia e da numeração policial do seu prédio sito no Loteamento das Courelas da Igreja, lote 1 B.

Visitado o local e uma vez que a Estrada Nacional nº 387 também conhecida pelo vulgo como estrada da Vidigueira não tem nomenclatura oficial proponho que seja atribuída em reunião de Câmara nomenclatura oficial e só após a colocação das respetivas placas toponímicas este serviço poderá atribuir numeração policial de acordo com o regulamento de toponímia e numeração policial atualmente em vigor.

Só assim é quer se poderá resolver este assunto particular deste munícipe e dos demais no futuro próximo bem como os CTT atribuir o respetivo código postal de rua. Sendo indispensável proceder à correta atribuição de topónimo para que de seguida se possa proceder à numeração policial, proponho que a Câmara inicie processo de atribuição de topónimo para o traçado da via entre a rotunda e o limite do perímetro urbano, relevando que o parecer da Junta de Freguesia de Cuba à proposta de topónimo a atribuir é obrigatório.

Inicie-se processo de atribuição de topónimo para o traçado da via entre a rotunda e o limite do perímetro urbano, nos termos e com os fundamentos da informação.

A Câmara, por unanimidade deliberou confirmar de acordo com a deliberação já tomada em 9-11-2022, que ao lote 1 B corresponde o número 4 e até ao limite do perímetro urbano o troço da EN 387 tem a denominação de Estrada da Vidigueira.

#### **10. Processo 1845/2024. Alteração da Utilização de edifício ou fração sem operação urbanística prévia ou Utilização de edifício ou fração isento de controlo prévio. Urbanismo**

Nos termos do disposto no artigo 62-A.º do RJUE na redação atual do Decreto-Lei n.º 10 /2024 de 8 de Janeiro, a utilização de edifícios após operação urbanística prévia deve incluir:





a) Termo de responsabilidade subscrito pelo diretor de obra ou pelo diretor de fiscalização de obra, no qual aqueles devem declarar que a obra está concluída e que foi executada de acordo com o projeto;

b) As telas finais, mas apenas quando tenham existido alterações do projeto, devendo as mesmas estar devidamente assinaladas.

2 — A entrega das telas finais destina -se a:

a) Dar a conhecer a conclusão da operação urbanística, no todo ou em parte;

b) Arquivo na câmara municipal.

Para efeitos do requerido, foi entregue a ficha Q4, o termo de responsabilidade e a planta do imóvel com o quadro de áreas.

Atenta a urgência invocada, para efeitos de escritura o Sr. Presidente emitiu despacho que deferiu a emissão do título de utilização nos termos do requerido.

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75 /2013, de 12/09, que determina que *“Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”*, deliberou ratificar o despacho do Presidente da Câmara.

#### **11. Atribuição de auxílios económicos a estudantes. Processo 2359/2024. Ação social escolar**

Decorrido o prazo normal de candidaturas, foram apresentados 7 pedidos, para os apoios em epígrafe para alunos do ensino pré-escolar e Ensino Básico. De acordo com o n.º 4 do artigo 3º do Regulamento de Concessão de Auxílios Económicos para a Educação Pré-escolar e 1.º Ciclo do Ensino Básico, os requerimentos foram rececionados atendendo ao motivo apresentado (dificuldade em ativar o código da Chave Móvel Digital), para os alunos que requereram apoio em refeição e material escolar uma vez que pertencem a um agregado familiar integrado no 2.º escalão de rendimentos, determinado para efeitos de atribuição do abono de família.

As necessidades de transporte escolar, não tem prazo definido e atendendo à sua tipologia, são asseguradas por viaturas e motoristas da autarquia, independentemente do escalão do Abono de Família.

Face ao exposto nos factos e fundamentos legais, têm direito aos apoios, em cantina, materiais e/ou livros escolares e transporte escolar os alunos constantes nos quadros I (Educação Pré-escolar), II (1.º Ciclo) e III (transportes escolares), que cumprem os requisitos para a participação da Câmara, que constam dos anexos à Informação n.º 22 /2024 do SEA, apensa a este processo. Encargo financeiro: Mais se informa que o encargo





financeiro com as refeições (tendo por base o preço praticado no ano letivo transato e o n.º de dias letivos e não letivos, por força da oferta das atividades de apoio à família nas interrupções do natal, páscoa e verão para 2024/2025) tem um valor estimado de 335,80€, sendo que por prudência para o 1.º período do ano letivo 2024/2025 o valor estimado será de 105,12€ e o encargo financeiro para o apoio em livros e/ou materiais escolares, para o 1.º Ciclo, tem um valor de 40€. O pagamento do apoio em livros e/ou materiais escolares, para o 1.º Ciclo será feito à entidade fornecedora dos materiais e/ou livros escolares, neste caso concreto à “Papelaria Articor”, por meio de cheque ou outro meio de pagamento.

Para cumprimento do disposto na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, foi averiguada a disponibilidade financeira para a comparticipação que cabe ao município, mediante a informação de cabimento inserta na tarefa que consta deste Processo

A Câmara, por unanimidade, no âmbito das competências que lhe são cometidas pela alínea hh) do n.º 1, do art. 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na sua redação atual, e pelo Regulamento de Concessão de Auxílios Económicos para a Educação Pré-escolar e 1.º Ciclo do Ensino Básico, em matéria de Ação Social Escolar - Educação Pré-escolar e 1.º Ciclo do Ensino Básico, no que respeita a alimentação, atribuição de auxílios económicos a estudantes e transportes, para ano letivo 2024/2025, deliberou considerar as candidaturas apesar de extemporâneas.

## **12. Proposta de Constituição de Fundos de Maneio. Processo 2342/2024. Informação económico-financeira**

Nos termos da adoção e aplicação do Sistema de Normalização Contabilística da Administração Pública (SNC-AP), depende a observância das normas legais e regulamentares em matéria de fundos fixos. A fim de dar imediata satisfação à realização de aquisições de pequeno montante que visam satisfazer necessidades urgentes e inadiáveis nos serviços de armazém, em que não seja possível proceder ao pagamento das mesmas através de um processo de despesa normal, propõe-se que, seja constituído os seguintes fundo de maneio (FM) para o ano de 2024, a que correspondem as dotações orçamentais discriminadas na informação técnica. Os pagamentos efetuados pelos fundos de maneio são objeto de cabimento e de compromisso pelo seu valor integral aquando da sua constituição e reconstituição, e registo da espessa em rubrica de classificação económica adequada, conforme determina o art.º 10.º do Decreto-Lei n.º 127/2021, de 21 de junho, na sua redação atual. O titular do fundo de maneio é direta e pessoalmente responsável pelo montante pecuniário que lhe é confiado e deve assegurar, a todo o tempo, que o montante acumulado das despesas realizadas ao abrigo desse fundo não excede o montante global autorizado.

A Câmara, por unanimidade, com base na informação técnica, deliberou atribuir o fundo de maneio nos termos propostos ao Dr. Luís Goes, Parque de Máquinas e Viaturas/Refeitório Municipal no valor de 750€.

## **13. Projeto da Empreitada de Construção do CRO. Fase II. Processo 2381/2024. Projetos urbanísticos**





Serve o presente para, art.º 33.º, n.º 1 al. f) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação actual, submeter à Câmara Municipal de Cuba a aprovação das Peças do Projecto da Empreitada do Centro de Recolha Oficial de Animais de Cuba – Fase 2, a saber: - Projecto de Arquitectura; - Projectos de Especialidades (Águas/Estruturas /Instalações eléctricas) Os valores de investimento (268 180,00€) ultrapassam os 10% das despesas de investimento previstas no orçamento do exercício de 2024 (133 428,10€) o que faz com que, de acordo com o disposto no nº 2 do artigo 51º do Regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais (Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro), não dispensem a discussão e a autorização prévia da Assembleia Municipal de Cuba.

A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar as peças do projeto, nos termos da informação técnica, devendo seguir-se a discussão e autorização prévia da Assembleia Municipal.

#### **14. Projeto da Empreitada de Qualificação do Espaço Público adjacente à Escola Profissional de Cuba. Processo 2378/2024. Projetos urbanísticos**

Serve o presente para, art.º 33.º, n.º 1 al. f) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, submeter à Câmara Municipal de Cuba a aprovação das Peças do Projeto da Empreitada de Qualificação do Espaço Público adjacente à Escola Profissional de Cuba, a saber: - Projeto de Arquitetura; - Projetos de Especialidades (Rega/Águas Pluviais /Iluminação) - Medições e orçamento. Os valores de investimento não ultrapassam os 10% das despesas de investimento previstas no orçamento do exercício de 2024 (133 428,10€) o que faz com que, de acordo com o disposto no nº 2 do artigo 51º do Regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais (Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro), dispensem a discussão e a autorização prévia da Assembleia Municipal de Cuba.

Mais se informa de que a ser aprovada a candidatura a submeter ao Aviso nº ALT2030-2024-20, será apresentada à Câmara o procedimento de concurso aplicável para empreitada.

A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar as Peças do Projeto da Empreitada de Qualificação do Espaço Público adjacente à Escola Profissional de Cuba.

#### **15. Projeto da Empreitada de Qualificação do Espaço Público adjacente ao Poço de São Vicente, em Cuba. Processo 2380/2024. Projetos urbanísticos**

Serve o presente para, art.º 33.º, n.º 1 al. f) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, submeter à Câmara Municipal de Cuba a aprovação das Peças do Projeto da Empreitada de Qualificação do Espaço Público adjacente ao Poço de São Vicente, em Cuba, a saber: - Projeto de Arquitetura; - Estimativa orçamental. Os valores de investimento não ultrapassam os 10% das despesas de investimento previstas no orçamento do exercício de 2024 (133 428,10€) o que faz com que, de acordo com o disposto no nº 2 do artigo 51º do Regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais (Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro), dispensem a discussão e a autorização prévia da Assembleia Municipal de Cuba.





Mais se informa de que a ser aprovada a candidatura a submeter ao Aviso nº ALT2030-2024-20, será apresentada à Câmara o procedimento de concurso aplicável para empreitada.

Os Vereadores do PS deixaram a seguinte nota:

Seria importante que projeto contemplasse uma passagem para peões entre o Poço de São Vicente e o Parque Manuel de Castro.

A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar as Peças do Projeto da Empreitada de Qualificação do Espaço Público adjacente ao Poço de São Vicente, em Cuba, nos termos da informação técnica.

#### **16. Projeto da Empreitada de Qualificação do Espaço Público adjacente ao Centro Cultural de Cuba. Processo 2379/2024. Projetos urbanísticos**

Serve o presente para, art.º 33.º, n.º 1 al. f) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação actual, submeter à Câmara Municipal de Cuba a aprovação do Projeto da Empreitada de Qualificação do Espaço Público adjacente ao Centro Cultural de Cuba. - Projecto de Arquitectura; - Medições e orçamento. Os valores de investimento não ultrapassam os 10% das despesas de investimento previstas no orçamento do exercício de 2024 (133 428,10€) o que faz com que, de acordo com o disposto no nº 2 do artigo 51º do Regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais (Lei n.º 73 /2013, de 3 de setembro), dispensem a discussão e a autorização prévia da Assembleia Municipal de Cuba. Mais se informa de que a ser aprovada a candidatura a submeter ao Aviso nº ALT2030- 2024-20, será apresentada à Câmara o procedimento de concurso aplicável para empreitada.

A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o Projeto da Empreitada de Qualificação do Espaço Público adjacente ao Centro Cultural de Cuba, nos termos da informação técnica.

#### **17. Candidatura de requalificação de dois espaços públicos, no âmbito do Aviso n.º ALT2030-2024-2. Processo 2376/2024. Procedimento Genérico**

No âmbito do presente Aviso são enquadráveis as seguintes ações previstas no Programa Regional do Alentejo:

- a) Refuncionalização de equipamentos coletivos para a valorização dos ativos territoriais;
- b) Qualificação de espaço público visando a sua acessibilidade, segurança e inclusão.

1. Finalidades e Objetivos: Os apoios no âmbito do presente Aviso têm como finalidade intervir ao nível dos equipamentos coletivos e dos espaços públicos, com vista ao aumento da resiliência a fenómenos ambientais extremos, à fixação e atração de pessoas e investimento e à dinamização e diversificação da base económica e social.

**ATA CÂMARA MUNICIPAL**  
Número: 2024-0017 Data: 21/08/2024



2. Despesas elegíveis: No contexto descrito no ponto "Ações abrangidas por este aviso" são elegíveis intervenções orientadas para a refuncionalização de equipamentos coletivos e a qualificação de espaço público visando a sua acessibilidade, segurança e inclusão. São elegíveis a financiamento, no âmbito do presente Aviso, os custos com:

a) Aquisição de terrenos

b) Aquisição de serviços de elaboração de projetos de arquitetura e engenharia diretamente ligados à operação;

c) Trabalhos de construção civil e outros trabalhos de engenharia ("obra");

d) Revisão de Preços decorrente da legislação aplicável e do contrato de empreitada, que incida sobre o valor dos trabalhos efetivamente executados;

e) Aquisição de serviços de fiscalização e coordenação de segurança em obra;

f) A aquisição de equipamentos, sistemas de monitorização, informação, tecnológicos e software que se revelem indispensáveis às "Finalidades e Objetivos" descritos no presente aviso;

g) O Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) não recuperável que se aplique aos custos elegíveis apurados;

h) Em operações cujo custo elegível financiado seja superior a 500.000,00€, é elegível a despesa com a realização de um vídeo, com uma duração não inferior a 1 minuto, para apresentação da operação, respetivos objetivos e resultados, com cedência de direitos de autor às entidades financiadoras.

3. Prazo de Execução: A duração máxima das operações não pode ultrapassar 24 meses.

4. Taxa do Financiamento:

a) A taxa máxima de financiamento é de 85%;

5. Prazo para Apresentação de Candidatura: O prazo para a apresentação das candidaturas decorre entre o dia seguinte à publicação do presente Aviso e 30 de agosto de 2024 (18h) – Fase 1.

6. Natureza dos beneficiários: São beneficiárias ao presente Aviso os municípios de: Alandroal, Almodôvar, Alpiarça, Arraiolos, Arronches, Alter do Chão, Alvito, Avis, Azambuja, Barrancos, Borba, Castelo de Vide, Cuba, Crato, Chamusca, Ferreira do Alentejo, Fronteira, Gavião, Golegã, Marvão, Mértola, Monforte, Mora, Mourão, Ourique, Portel, Redondo, Salvaterra de Magos, Viana do Alentejo, Vidigueira, Vila Viçosa e Sousel.

7. Condições específicas ou normas técnicas a observar pelos beneficiários ou operações:





Comprovado pela apresentação de evidência de aprovação dos respetivos requisitos técnicos, termos de referência, calendário de realização e orçamento.

\* Demonstrar um grau de maturidade mínimo, tendo por referência a atividade com maior peso financeiro no investimento a candidatar, comprovado por:

i. para empreitadas de obras públicas, apresentação de todas as peças do procedimento devidamente aprovadas, incluindo a apresentação do projeto de execução completo (peças escritas e desenhadas de arquitetura e engenharia, Termos de Responsabilidade devidamente assinados, nos termos da Portaria 701-H/2008, de 29 de julho, ou Portaria n.º 255/2023, de 7 de agosto, conforme aplicável, na sua redação atual, bem como lista de quantidades e preços unitários e ainda comprovativo de todos os licenciamentos e autorizações prévias aplicáveis), demonstrando que estão em condições de lançar o procedimento de concurso, nos termos do Código dos Contratos Públicos (CCP);

ii. para aquisição de bens e serviços, apresentação de todas as peças do procedimento devidamente aprovadas, incluindo a lista de quantidades e preços unitários e ainda comprovativo de todos os licenciamentos e autorizações prévias aplicáveis;

b) Evidenciar em caderno de encargos do procedimento o cumprimento da contratação segundo os princípios do green public procurement, ou, apenas para procedimentos já lançados à data da submissão da candidatura, evidenciar a alínea c) seguinte;

c) Para todos os procedimentos, demonstrar em Lista de Quantidades e Preços Unitários a incorporação de medidas de sustentabilidade ambiental na implementação da intervenção, em adequação à tipologia de intervenção, entre outras:

- soluções baseadas na natureza; integração de infraestruturas verdes, soluções ecológicas e eco materiais na realização de obras; procedimentos ou mecanismos de supressão de ruído e mitigação de poeiras, provenientes dos trabalhos de construção/instalação; medidas de redução da emissão de gases com efeito estufa; redução do uso de energia e o aumento da eficiência energética e/ou térmica; remoção de materiais perigosos; prevenção de produção e reciclagem de resíduos;

- prevenção de produção de águas residuais e respetivo tratamento; internalização de princípios de prevenção e/ou minimização dos riscos naturais, tecnológicos e mistos; redução do consumo de água;

d) No caso dos projetos de renovação de infraestruturas públicas para fins de eficiência energética ou em medidas de eficiência energética relativas a essas infraestruturas, com um prazo de vida útil previsto de, pelo menos, cinco anos, demonstrar que asseguram a resistência às alterações climáticas de acordo com o definido no Regulamento (EU) n.º 2021 /1060 do Parlamento europeu e do Conselho, de 24 de junho, na sua atual redação, por via, simultaneamente, do respeito do princípio da “prioridade à eficiência energética” e da conformidade do nível de emissões de gases com efeito de estufa inerentes ao projeto





com o objetivo de neutralidade climática em 2050, devendo ser alcançada, em média, pelo menos uma renovação de grau média, ou uma redução de, pelo menos, 30% das emissões diretas e indiretas de gases com efeito de estufa em comparação com as emissões ex ante;

e) Na adoção de soluções TIC, serviços eletrónicos e aplicações no âmbito da administração pública, demonstrar que as iniciativas permitem reduções substanciais das emissões de gases com efeito de estufa comprovadas ao longo do ciclo de vida;

f) Demonstrar dispor de fontes de financiamento para assegurar a realização da operação;

g) Demonstrar a sustentabilidade da operação após realização do investimento, designadamente, no caso de projetos em infraestruturas, evidenciar suficiência de recursos para cobrir os custos de exploração e de manutenção através da especificação do modelo de gestão e respetivas fontes de financiamento;

h) Dispor de uma avaliação dos riscos associados à operação, designadamente de carácter financeiro e/ou de execução, nomeadamente associados à existência de achados arqueológicos na área de incidência;

No âmbito do presente Aviso apenas serão aceites candidaturas cujo custo total seja superior a 200.000€.

#### 8. Valores e Operações a Contratualizar:

As operações a contratualizar serão a:

- Empreitada de Requalificação da Praça da República, em Vila Ruiva (118.896,87€, IVA incluído);

- Empreitada de Requalificação do Largo da Praça em Faro do Alentejo (96.190,10 €, IVA incluído). Acresce referir que para estas duas empreitadas foram aprovados os projetos de execução em Outubro de 2023, com os montantes de 97.536,40€ para a empreitada de Requalificação da Praça da República, em Vila Ruiva e 78.909,02€ para a Empreitada de Requalificação do Largo da Praça em Faro do Alentejo. Os novos valores que estão 15% acima do inicialmente previsto, advém do inflacionamento das empreitadas em 10% e mais 5% para revisão de preços.

A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar a apresentação até 30 de agosto de 2024 da candidatura de requalificação de dois espaços públicos, no âmbito do Aviso n.º ALT2030-2024-20:

- Empreitada de Requalificação da Praça da República, em Vila Ruiva (valor 118.896,87 €);

- Empreitada de Requalificação do Largo da Praça em Faro do Alentejo (valor 96.190,10 €);

Valores com IVA incluído à Taxa de 6%.

### 18. Apresentação de candidatura de qualificação de três espaços públicos em Cuba,





**no âmbito do Aviso n.º ALT2030-2024-20. Processo 2382/2024. Procedimento Genérico**

No âmbito do presente Aviso são enquadráveis as seguintes ações previstas no Programa Regional do Alentejo:

a) Refuncionalização de equipamentos coletivos para a valorização dos ativos territoriais;

b) Qualificação de espaço público visando a sua acessibilidade, segurança e inclusão.

1. Finalidades e Objetivos: Os apoios no âmbito do presente Aviso têm como finalidade intervir ao nível dos equipamentos coletivos e dos espaços públicos, com vista ao aumento da resiliência a fenómenos ambientais extremos, à fixação e atração de pessoas e investimento e à dinamização e diversificação da base económica e social.

2. Despesas elegíveis: No contexto descrito no ponto "Ações abrangidas por este aviso" são elegíveis intervenções orientadas para a refuncionalização de equipamentos coletivos e a qualificação de espaço público visando a sua acessibilidade, segurança e inclusão. São elegíveis a financiamento, no âmbito do presente Aviso, os custos com:

a) Aquisição de terrenos;

b) Aquisição de serviços de elaboração de projetos de arquitetura e engenharia diretamente ligados à operação;

c) Trabalhos de construção civil e outros trabalhos de engenharia ("obra");

d) Revisão de Preços decorrente da legislação aplicável e do contrato de empreitada, que incida sobre o valor dos trabalhos efetivamente executados;

e) Aquisição de serviços de fiscalização e coordenação de segurança em obra;

f) A aquisição de equipamentos, sistemas de monitorização, informação, tecnológicos e software que se revelem indispensáveis às "Finalidades e Objetivos" descritos no presente aviso;

g) O Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) não recuperável que se aplique aos custos elegíveis apurados;

h) Em operações cujo custo elegível financiado seja superior a 500.000,00€, é elegível a despesa com a realização de um vídeo, com uma duração não inferior a 1 minuto, para apresentação da operação, respetivos objetivos e resultados, com cedência de direitos de autor às entidades financiadoras.

3. Prazo de Execução: A duração máxima das operações não pode ultrapassar 24 meses.

4. Taxa do Financiamento:

a) A taxa máxima de financiamento é de 85%;





5. Prazo para Apresentação de Candidatura: O prazo para a apresentação das candidaturas decorre entre o dia seguinte à publicação do presente Aviso e 30 de agosto de 2024 (18h) – Fase 1.

6. Natureza dos beneficiários: São beneficiárias ao presente Aviso os municípios de: Alandroal, Almodôvar, Alpiarça, Arraiolos, Arronches, Alter do Chão, Alvito, Avis, Azambuja, Barrancos, Borba, Castelo de Vide, Cuba, Crato, Chamusca, Ferreira do Alentejo, Fronteira, Gavião, Golegã, Marvão, Mértola, Monforte, Mora, Mourão, Ourique, Portel, Redondo, Salvaterra de Magos, Viana do Alentejo, Vidigueira, Vila Viçosa e Sousel.

7. Condições específicas ou normas técnicas a observar pelos beneficiários ou operações:

Comprovado pela apresentação de evidência de aprovação dos respetivos requisitos técnicos, termos de referência, calendário de realização e orçamento.

a) Demonstrar um grau de maturidade mínimo, tendo por referência a atividade com maior peso financeiro no investimento a candidatar, comprovado por:

i. para empreitadas de obras públicas, apresentação de todas as peças do procedimento devidamente aprovadas, incluindo a apresentação do projeto de execução completo (peças escritas e desenhadas de arquitetura e engenharia, Termos de Responsabilidade devidamente assinados, nos termos da Portaria 701-H/2008, de 29 de julho, ou Portaria n.º 255/2023, de 7 de agosto, conforme aplicável, na sua redação atual, bem como lista de quantidades e preços unitários e ainda comprovativo de todos os licenciamentos e autorizações prévias aplicáveis), demonstrando que estão em condições de lançar o procedimento de concurso, nos termos do Código dos Contratos Públicos (CCP);

ii. para aquisição de bens e serviços, apresentação de todas as peças do procedimento devidamente aprovadas, incluindo a lista de quantidades e preços unitários e ainda comprovativo de todos os licenciamentos e autorizações prévias aplicáveis;

b) Evidenciar em caderno de encargos do procedimento o cumprimento da contratação segundo os princípios do green public procurement, ou, apenas para procedimentos já lançados à data da submissão da candidatura, evidenciar a alínea c) seguinte;

c) Para todos os procedimentos, demonstrar em Lista de Quantidades e Preços Unitários a incorporação de medidas de sustentabilidade ambiental na implementação da intervenção, em adequação à tipologia de intervenção, entre outras: soluções baseadas na natureza; integração de infraestruturas verdes, soluções ecológicas e eco materiais na realização de obras; procedimentos ou mecanismos de supressão de ruído e mitigação de poeiras, provenientes dos trabalhos de construção/instalação; medidas de redução da emissão de gases com efeito estufa; redução do uso de energia e o aumento da eficiência energética e /ou térmica; remoção de materiais perigosos; prevenção de produção e reciclagem de resíduos; prevenção de produção de águas residuais e respetivo tratamento; internalização de princípios de prevenção e/ou minimização dos riscos naturais, tecnológicos e mistos; redução do consumo de água;





d) No caso dos projetos de renovação de infraestruturas públicas para fins de eficiência energética ou em medidas de eficiência energética relativas a essas infraestruturas, com um prazo de vida útil previsto de, pelo menos, cinco anos, demonstrar que asseguram a resistência às alterações climáticas de acordo com o definido no Regulamento (EU) n.º 2021 /1060 do Parlamento europeu e do Conselho, de 24 de junho, na sua atual redação, por via, simultaneamente, do respeito do princípio da “prioridade à eficiência energética” e da conformidade do nível de emissões de gases com efeito de estufa inerentes ao projeto com o objetivo de neutralidade climática em 2050, devendo ser alcançada, em média, pelo menos uma renovação de grau média, ou uma redução de, pelo menos, 30% das emissões diretas e indiretas de gases com efeito de estufa em comparação com as emissões ex ante;

e) Na adoção de soluções TIC, serviços eletrónicos e aplicações no âmbito da administração pública, demonstrar que as iniciativas permitem reduções substanciais das emissões de gases com efeito de estufa comprovadas ao longo do ciclo de vida;

f) Demonstrar dispor de fontes de financiamento para assegurar a realização da operação;

g) Demonstrar a sustentabilidade da operação após realização do investimento, designadamente, no caso de projetos em infraestruturas, evidenciar suficiência de recursos para cobrir os custos de exploração e de manutenção através da especificação do modelo de gestão e respetivas fontes de financiamento;

h) Dispor de uma avaliação dos riscos associados à operação, designadamente de carácter financeiro e/ou de execução, nomeadamente associados à existência de achados arqueológicos na área de incidência; No âmbito do presente Aviso apenas serão aceites candidaturas cujo custo total seja superior a 200.000€.

A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar a apresentação até 30 de agosto de 2024 a candidatura de qualificação de três espaços públicos em Cuba, no âmbito do Aviso n.º ALT2030-2024-20:

- Empreitada de Qualificação do Espaço Público adjacente ao Centro Cultural de Cuba (valor 60.831.02€), IVA Incluído;

- Empreitada de Qualificação do Espaço Público adjacente ao Poço de São Vicente, em Cuba (valor 33.028.28€), IVA Incluído;

- Empreitada de Qualificação do Espaço Público adjacente à Escola Profissional, em Cuba (valor 118.697.67€), IVA Incluído.

#### **19. Pedido de encerramento de Rua por ocasião da FAC'24. Processo 2388/2024. Licença de ocupação de via pública ou espaço público**

Solicita o Sr. Manuel Rui de Sousa Bexiga autorização para o fecho do arruamento em frente ao seu estabelecimento de taberna, sito na Rua do Alto da Bica, n.º 3 em Cuba, por ocasião da Feira Anual de Cuba, que terá lugar de 29 de agosto a 2 de setembro de 2024. Solicita, ainda, 3 mesas corridas e respetivos bancos, bem como baldes do lixo.





De acordo com o disposto na alínea ee) do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12/09, compete à Câmara Municipal no âmbito do planeamento e do desenvolvimento “criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património municipal ou colocados por lei, sob a administração municipal”.

Nas edições anteriores a Câmara tem deferido a pretensão do requerente.

A Câmara, por unanimidade, à semelhança de procedimentos idênticos nas anteriores edições, deliberou deferir a pretensão do requerente, devendo o mesmo prestar a caução correspondente para empréstimo do material.

## **20. Situação de dívida ao Município por parte dos beneficiários de Apoios Sociais Diversos - Cartão Social,. Processo 2370/2024. Apoio social**

A informação relativa a este tema fundamenta-se no previsto no número 4, do Art.º 3.º do Regulamento Cuba + Social, designadamente onde se refere que os beneficiários dos apoios sociais previstos neste Regulamento Não sejam devedores de qualquer quantia ao Município, exceto no caso de existir um acordo de pagamento de dívida em prestações que esteja a ser cumprido, em articulação com a Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

No seguimento da informação que vinha a ser prestada no ano transato, pelo Serviço de Ação Social e Saúde, no que se refere à situação de dívida ao Município por parte dos beneficiários de Apoios Sociais Diversos - Cartão Social, vem o SASS atualizar esta informação.

A informação relativa a este tema fundamenta-se no previsto no número 4, do Art.º 3.º do Regulamento Cuba + Social, designadamente onde se refere que os beneficiários dos apoios sociais previstos neste Regulamento Não sejam devedores de qualquer quantia ao Município, exceto no caso de existir um acordo de pagamento de dívida em prestações que esteja a ser cumprido.

Em relação ao tema em questão, cumpre-nos lembrar que, por articulação entre o SASS e a Subunidade Administrativa, esta análise é feita no final de cada mês, sendo condição de atribuição dos apoios previstos no Cartão Social para o mês seguinte. Sublinha-se ainda que o SASS, consciente das dificuldades económicas e dos diversos desafios que as famílias enfrentam, mantém sobre esta matéria uma postura de constante suporte e apoio, não descurando o estímulo ao cumprimento das responsabilidades por parte dos beneficiários.

De acordo com o que sobre esta matéria ficou previamente definido, que o SASS deveria mensalmente informar sobre o seguinte:

1º Cumprimento do dever de inexistência de dívidas à Câmara por parte dos agregados familiares beneficiários que têm apoio ao arrendamento





2.º - Cumprimento do dever de inexistência de dívidas à Câmara por parte dos agregados familiares que viram aprovados acordos de pagamento;

3.º - Análise, por amostragem aleatória mensal, da não existência de dívida ao município por parte de 10 (dez) dos 119 agregados familiares beneficiários Não tendo sido possível efetuar essa análise anteriormente, apresenta-se agora a análise da situação de 40 agregados familiares, no que se refere a dívidas ao município.

A Câmara tomou conhecimento da informação apresentada relativamente à situação de dívida ao Município dos agregados familiares beneficiários de apoios sociais diversos – Cartão Social, de acordo com a informação técnica 20/SASS/2024.

## **21. Atribuição de apoio pecuniário, através de um Acordo de Intervenção Social. Processo 2383/2024. Apoio social**

No que se refere ao enquadramento legal da atribuição proposta, a mesma enquadra-se no âmbito do Decreto-Lei n.º 55/2020 de 12 de agosto que concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da ação social, compete à câmara municipal de acordo com o n.º 1 do art.º 10.º assegurar o serviço de atendimento e de acompanhamento social de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social. No âmbito desta atribuição, compete à câmara municipal a elaboração dos relatórios de diagnóstico técnico e acompanhamento e a atribuição de prestações pecuniárias de carácter eventual em situações de carência económica e de risco social, conforme previsto no n.º 3 do art.º citado. Por sua vez, a Portaria 63/2021 de 17 de março, que regula o disposto nas alíneas a) e e) do n.º 1 do artigo 3.º e do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, nomeadamente os termos de operacionalização da transferência de competências, em matéria de serviço de atendimento e de acompanhamento social (SAAS) de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social, para as câmaras municipais, procede ainda à alteração à Portaria n.º 188/2014, de 18 de setembro que no seu Artigo 5.º passa a ter a seguinte redação:

1 - Compete à câmara municipal assegurar o desenvolvimento do serviço de atendimento e de acompanhamento social de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social, bem como de emergência social.

2 - Compete ainda à câmara municipal (...) a atribuição de prestações pecuniárias de carácter eventual em situação de emergência social, comprovada carência económica e de risco social. Complementarmente, o Art.º 6º passa a ter a seguinte redação: e) Atribuição de prestações de carácter eventual com a finalidade de colmatar situações de emergência social e de 13/2024 16/08/2024 Página 2 de 3 comprovada carência económica (...). 5 - Sempre que se justifique uma intervenção complementar, devem ser acionadas, em parceria, outras entidades ou setores da comunidade vocacionadas para a prestação dos apoios mais adequados, designadamente da segurança social, saúde, educação, justiça, migrações, emprego e formação profissional.

**ATA CÂMARA MUNICIPAL**  
Número: 2024-0017 Data: 21/08/2024





Em termos de atribuição de apoios eventuais, o Despacho 4637/2023 que determina o reforço do Fundo de Financiamento da Descentralização no domínio da ação social e publica o mapa com os encargos anuais com as competências descentralizadas neste âmbito, define o valor a transferir para o Município de Cuba, onde se engloba a rubrica relativa aos subsídios de carácter eventual.

A nível interno, o Regulamento do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social, aprovado por deliberação da Câmara Municipal, na sua reunião ordinária do dia 14 de setembro de 2022, prevê no seu Artigo 9º, alínea c) a Atribuição de prestações de carácter eventual com a finalidade de colmatar situações de emergência social e de comprovada carência económica, referindo que o Art.º 10º deste Regulamento que o âmbito territorial de intervenção do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social do Município abrange todo o concelho de Cuba.

A Câmara, por unanimidade deliberou:

1º Tomar conhecimento de que o agregado familiar com o PF 201733686, não dispõe de rendimentos e encontra-se numa situação de ausência de autonomia para confeção de refeições, não tendo suporte social ou familiar, o que constitui uma situação de emergência social. Não existindo outra alternativa, a Santa Casa da Misericórdia disponibilizou-se a integrar este agregado familiar no Serviço de Apoio Domiciliário, o que tem um custo mensal de €254,63. Estão a ser desenvolvidos pelo Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social / Serviço de Ação Social e Saúde do Município de Cuba todos os esforços no sentido de encontrar uma fonte de rendimentos permanente para este AF, através do requerimento de uma pensão, prevendo-se que a resposta a este pedido demore algumas semanas.

2.º Face aos fundamentos descritos no Ponto 1.º, atribuir o apoio pecuniário, através de um Acordo de Intervenção Social, durante três meses, no valor mensal de €254,63 e global de €763,89, ao agregado familiar com o PF 201733686, para pagamento do Serviço de Apoio Domiciliário, prestado pela Santa Casa da Misericórdia de Cuba.

3.º Determinar que o pagamento seja efetuado a partir do mês de agosto e seguintes, diretamente à SCM Cuba, relativamente ao Serviço de Apoio Domiciliário prestado a partir de junho, cessando o apoio pecuniário por parte do Município imediatamente, logo que sejam encontradas fontes de rendimentos por parte do AF acima identificado.

## **22. Atribuição de prestação económica de carácter eventual. Processo 2373/2024. Apoio social**

No que se refere ao enquadramento legal da atribuição proposta, a mesma enquadra-se no âmbito do Decreto-Lei n.º 55/2020 de 12 de agosto que concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da ação social, compete à câmara municipal, de acordo com o n.º 1 do art.º 10.º assegurar o serviço de atendimento e de acompanhamento social de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social. No âmbito desta atribuição, compete à câmara municipal a elaboração dos relatórios de diagnóstico técnico e acompanhamento e a





atribuição de prestações pecuniárias de carácter eventual em situações de carência económica e de risco social, conforme previsto no n.º 3 do art.º citado.

Por sua vez, a Portaria 63/2021 de 17 de março, que regula o disposto nas alíneas a) e e) do n.º 1 do artigo 3.º e do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, nomeadamente os termos de operacionalização da transferência de competências, em matéria de serviço de atendimento e de acompanhamento social (SAAS) de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social, para as câmaras municipais, procede ainda à alteração à Portaria n.º 188/2014, de 18 de setembro que no seu Artigo 5.º passa a ter a seguinte redação:

1 - Compete à câmara municipal assegurar o desenvolvimento do serviço de atendimento e de acompanhamento social de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social, bem como de emergência social.

2 - Compete ainda à câmara municipal (...) a atribuição de prestações pecuniárias de carácter eventual em situação de emergência social, comprovada carência económica e de risco social. Complementarmente, o Art.º 6º passa a ter a seguinte redação:

e) Atribuição de prestações de carácter eventual com a finalidade de colmatar situações de emergência social e de comprovada carência económica (...). 5 - Sempre que se justifique uma intervenção complementar, devem ser acionadas, em parceria, outras entidades ou setores da comunidade vocacionadas para a prestação dos apoios mais adequados, designadamente da segurança social, saúde, educação, justiça, migrações, emprego e formação profissional. Em termos de atribuição de apoios eventuais, o Despacho 4637/2023 que determina o reforço do Fundo de Financiamento da Descentralização no domínio da ação social e publica o mapa com os encargos anuais com as competências descentralizadas neste âmbito, define o valor a transferir para o Município de Cuba, onde se engloba a rubrica relativa aos subsídios de carácter eventual.

A nível interno, o Regulamento do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social, aprovado por deliberação da Câmara Municipal, na sua reunião ordinária do dia 14 de setembro de 2022, prevê no seu Artigo 9º, alínea c) a Atribuição de prestações de carácter eventual com a finalidade de colmatar situações de emergência social e de comprovada carência económica, referindo que o Art.º 10º deste Regulamento que o âmbito territorial de intervenção do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social do Município abrange todo o concelho de Cuba.

No âmbito do acompanhamento ao PF 200511171, melhor identificado na Inf 19/SASS /2024, foi necessário desenvolver as diligências necessárias à satisfação das suas necessidades básicas do titular do PF, em virtude da sua perda de autonomia, situação que culminou na sua imediata institucionalização. Em paralelo, foi necessário efetuar uma operação de remoção de resíduos da habitação.

A Câmara, por unanimidade, deliberou:





1.º Tomar conhecimento da situação exposta e de que a resolução da mesma implicou um custo global em matéria de remoção de resíduos de € 1 661,40 relativo a trabalhos já executados e que poderá ainda implicar um custo de € 279,90, relativo a trabalhos que ainda não foi possível executar.

2.º Proceder à atribuição de uma prestação económica de carácter eventual para pagamento do custo relativo ao tratamento dos resíduos, já entregues, cujo montante ascende a € 395,04, podendo o mesmo ser acrescido de € 45,71, relativo ao volume de resíduos que ainda é expectável entregar.

3.º Proceder à atribuição de prestação pecuniária de carácter eventual no valor de € 580€, acrescido de IVA à taxa de 23%, com um valor global de € 713,40 para execução de desbaratização e desratização, conforme orçamento em anexo;

4.º Determinar que o SAAS proceda à elaboração e envio de relatório social da situação para a Delegada de Saúde e Centro Distrital da Segurança Social para reporte da situação.

**23. PROPOSTA DE CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE LONGO PRAZO, PELO PERÍODO DE 20 ANOS, PELO MONTANTE DE 64.146,59€ PARA FAZER FACE À CONTRAPARTIDA DO MUNICÍPIO NOS SEGUINTE PROJETO COMUNITÁRIO DO ALENTEJO 2030. QUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO ADJACENTE AO CENTRO CULTURAL DE CUBA, VISANDO A AMPLIAÇÃO DO NÚMERO DE LUGARES DE ESTACIONAMENTO. QUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO ADJACENTE AO POÇO DE SÃO VICENTE, EM CUBA. QUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO ADJACENTE À ESCOLA PROFISSIONAL, VISANDO A CRIAÇÃO DE UM NOVO PARQUE DE ESTACIONAMENTO. QUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO ADJACENTE À ESCOLA PROFISSIONAL, VISANDO A CRIAÇÃO DE UM NOVO PARQUE DE ESTACIONAMENTO. REFUNCIONALIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS COLETIVOS – LARGO DA PRAÇA EM FARO DO ALENTEJO. REFUNCIONALIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS COLETIVOS – LARGO DA PRAÇA EM FARO DO ALENTEJO. INTENÇÃO DE FAZER USO DO MECANISMO DE EXCECIONAMENTO PREVISTO NAS ALÍNEAS A) E B) DO N.º 5 DO ART.º 52.º DA LEI DAS FINANÇAS LOCAIS. NECESSIDADE DE DELIBERAÇÃO DE ABERTURA DO PROCEDIMENTO DE CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO POR PARTE DO ÓRGÃO EXECUTIVO.**

Tornado público o aviso para apresentação de candidaturas do Alentejo 2030, com o Código ALT2030-2024-20, o que ocorreu no passado dia 12 de julho de 2024, e que determina que o encerramento da fase 1 ocorre em 30 de agosto de 2024, pelas 18h, importa diligenciar para conseguir submeter as candidaturas (duas) visando a comparticipação em 85% dos projetos mencionados no assunto – **Vide Doc. n.º 1.**

Conforme foi explanado em Informação da autoria do Eng.º Vítor Raminhos presente à RC de 21 de agosto de 2024, é intenção da estrutura apresentar duas candidaturas distintas,





englobando numa, as qualificações de espaços públicos na sede do concelho e na outra a qualificação de espaços públicos nas freguesias de Faro do Alentejo e de Vila Ruiva.

No mapa que em baixo se apresenta são reportadas ao detalhe cada uma das componentes a candidatar, em dois procedimentos distintos, a saber:

Deste modo, pretendendo o Município de Cuba, através da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal, contratar o empréstimo a longo prazo no montante de **64.146,59€**, destinado ao financiamento dos cinco projetos de Empreitada de Qualificação de Espaços Públicos na sede do concelho (Estacionamento da zona adjacente à Escola Profissional de Cuba + Estacionamento zona adjacente ao Centro Cultural + Estacionamento da zona adjacente ao Poço de São Vicente) e nas freguesias de Faro do Alentejo (Qualificação do Largo da Praça) e Vila Ruiva (Qualificação da Praça da República), importa agora dar o próximo passo, ou seja, a deliberação de abertura do procedimento de contratação de empréstimo, em sintonia com o art.º 49.º do mesmo diploma legal.

Atento o valor do empréstimo, não terá a Assembleia Municipal que aprovar os projetos que agora se pretendem candidatar, porquanto em conformidade com o n.º 2 do art.º 51.º da Lei das Finanças Locais, que determina:

#### *Artigo 51.º*

Empréstimos de médio e longo prazos

...

2 - Os investimentos referidos no número anterior são identificados no respetivo contrato de empréstimo e, caso ultrapassem 10 /prct. das despesas de investimento previstas no orçamento do exercício, são submetidos, independentemente da sua inclusão no plano plurianual de atividades, a discussão e a autorização prévia da assembleia municipal.

...

Essa situação está dispensada uma vez que o empréstimo tem o valor de 64.146,59€, abaixo, portanto dos 10% da despesa de investimento programada no orçamento de 2024, ou seja, 728.798€. Vide doc. n.º 2

Mais, uma vez que, em conformidade com aquilo que foi articulado entre os dirigentes da autarquia e o executivo em regime de permanência, sendo intenção fazer uso do mecanismo previsto no art.º 52.º n.º 5 al. a) da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua redação atual, onde o legislador determinou:

#### *Artigo 52.º*

*Limite da dívida total*

...





5 — Sem prejuízo do disposto no número seguinte, para efeitos do apuramento da dívida total dos municípios referida no n.º 1, não é considerado:

a) O valor dos empréstimos destinados exclusivamente ao financiamento da contrapartida nacional de projetos com participação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) ou de outros fundos de apoio aos investimentos inscritos no orçamento da União Europeia;

...

Sobre os limites de endividamento da autarquia, registamos que, conforme mapa anexo, à data de 30 de junho de 2024, esse valor é de 2.806.254,85€. Vide doc. n.º 3.

Para que conste e demais formalismos, regista-se que à data de 30 de junho de 2024, os empréstimos contraídos e que se encontram em liquidação têm um montante global 2.342.636,66€. Vide doc. n.º 4

A Câmara, por maioria, com a abstenção dos vereadores do PS, deliberou:

1.º - Determinar a abertura de procedimento de empréstimo de longo prazo, pelo período de 20 anos, no montante de 64.146,59€ (sessenta e quatro mil, cento e quarenta e seis euros e cinquenta e nove cêntimos), para no momento adequado remeter o processo para a Assembleia Municipal para os efeitos previstos na alínea f) do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, articulado com o n.º 5 do art.º 49.º da Lei n.º 73 /2013, de 16 de agosto, na sua redação atual;

2.º - Para o efeito convidar as seguintes entidades para apresentarem proposta:

2.1.º) - Caixa Geral de Depósitos;

2.2.º) - Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Guadiana Interior;

2.3.º) - Banco Santander Totta.

3.º - Aprovar a minuta do ofício convite em anexo – Vide Doc. n.º 5 - onde constam as condições da contratualização;

4.º - A Comissão de acompanhamento do procedimento de contratação do empréstimo seja constituído pelos seguintes membros:

Presidente: João Manuel Casaca Português, Presidente da Câmara;

Vogais efetivos: Vitor Manuel Parreira Fialho, Chefe da DAODS e Vitor Miguel das Dores Guerreiro da Costa Raminhos, Técnico Superior, Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento, Estudos e Projetos;

Vogais suplentes: Carmen das Dores da Silva Arrojado Estrela, Chefe da Divisão de AFC e Marina Isabel Bento Branco Batista, Assistente Técnica da DAODS.





4.1.º - O Presidente, nas suas faltas e impedimentos, será substituído pelo vogal Vitor Manuel Parreira Fialho.

5.º - Solicitar aos serviços para que junto das entidades competentes diligenciem para que o empréstimo seja excepcionado do limite da dívida total do município fazendo uso do mecanismo previsto na alínea a do n.º 5 do art.º 52.º da Lei das Finanças Locais.

**24. PROPOSTA DE CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE LONGO PRAZO, PELO PERÍODO DE 20 ANOS, PELO MONTANTE DE 268.180,00€ PARA FAZER FACE À CONTRAPARTIDA DO MUNICÍPIO NA EMPREITADA 2 DO CRO DE CUBA – CENTRO DE RECOLHA OFICIAL DE ANIMAIS DE CUBA. NECESSIDADE DE DELIBERAÇÃO DE ABERTURA DO PROCEDIMENTO DE CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO POR PARTE DO ÓRGÃO EXECUTIVO.**

-----

Como é de conhecimento dos diversos agentes da autarquia não tem sido nada fácil a gestão do projeto do CRO de Cuba, porquanto tendo o Município de Cuba diversos interlocutores, designadamente a CCDRALentejo, a DGAV, o ICNF e a DGAL, ficamos com a sensação que a autarquia é a entidade a quem incumbe em exclusivo a saúde e o bem-estar animal e as demais entidades, apenas têm um papel fiscalizador.

Vistas as leis orgânicas das entidades envolvidas, assim não é nem de facto, nem de direito, situação que, no entanto, em nada tem colaborado para um desfecho que vá de encontro às responsabilidades inerentes à saúde e bem-estar animal que deve ser entidade como do ESTADO, nele congregado não só a autarquia, mas também todos aqueles que são parceiros neste processo.

Em resumo, importa apenas registar o seguinte:

1.º - Oportunamente a Câmara apresentou uma candidatura visando a construção de um CRO (Centro de Recolha Oficial de Animais) à CCDRALentejo, onde esta entidade interligada com a DGAL, atribui à autarquia uma verba de 50.000€, dos quais 45.000€ já recebidos e 5.000€ a entregar aquando da conclusão do projeto;

2.º - Manifestamente todos sabíamos que esta verba seria insuficiente e foi determinado como metodologia de trabalho, no ano subsequente pedir o reforço dessa verba, situação que não obstante as diversas diligências, sempre nos foi dito não ser exequível;

3.º - Deparados com a não exequibilidade do aumento da verba participada, entendeu a Câmara partir para uma opção B, que consistia na construção do CRO por fases em função das suas disponibilidades, tendo despoletado e adjudicado a construção e montagem a uma empresa especializada das boxes para cães e gatos, deixando para um momento posterior os restantes equipamentos de construção civil;

4.º - O procedimento de empreitada mencionado no ponto anterior foi adjudicado à empresa ScorpionSketch, Lda. pelo valor de 72.355,60€, sendo que já foi faturado e liquidado à





empresa verbas superiores aos 45.000€ recebidos, encontrando-se os bens no estaleiro municipal a aguardar que sejam criadas as condições para a sua montagem, leia-se, as bases em betão, o sistema de águas e eletricidade;

5.º - As comunicações com a CCDRALentejo têm sido regulares e entende aquela entidade que não é possível fasear a execução do CRO, ou existem as condições ideais ou não existe CRO, de todo. Vide doc. n.º 1

6.º - Visando minimizar os custos do projeto entendeu a autarquia utilizar os vestiários e chuveiros a afetar aos trabalhadores, fazendo uso de tais equipamentos existentes no Estaleiro Municipal, colocando-os também ao serviço desta valência, quem de direito disse que tal não seria possível;

7.º - Visando minimizar os custos do projeto entendeu a autarquia, nesta fase não dotar o CRO de uma estrutura para animais de grande porte (vacas, equídeos e animais de outras espécies utilizar, ficando essas valências para um momento posterior, quem de direito disse que tal não seria possível;

8.º - Visando minimizar os custos do projeto entendeu a autarquia utilizar as casas de banho públicas do Estaleiro Municipal para esta valência, quem de direito disse que tal não seria possível e que o novo equipamento deveria ter casas de banho capacitadas para receber deficientes, exige-se, pois, o CRO ideal, mas não existe qualquer disponibilidade para aumentar a comparticipação para além dos 18% (dezoito por cento) de um projeto que com esta magnitude precisa de uma empreitada dois com um custo de 268.180,00€;

9.º - A situação deverá estar resolvida até 31 de dezembro de 2024, devendo o Município de Cuba decidir pela existência ou não de um CRO, sendo que atualmente damos resposta insuficiente com um abrigo provisório de animais, que registe-se não é um canil, nem nunca como tal foi entendido.

Deste modo, pretendendo o Município de Cuba, através da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal, contratar o empréstimo a longo prazo no montante de 268.180,00€, destinado ao financiamento da empreitada 2 do CRO, importa agora dar o próximo passo, ou seja, a deliberação de abertura do procedimento de contratação de empréstimo, em sintonia com o art.º 49.º do mesmo diploma legal.

Atento o valor do empréstimo, terá a Assembleia Municipal que aprovar o projeto que agora se pretende financiar recorrendo a empréstimo, porquanto em conformidade com o n.º 2 do art.º 51.º da Lei das Finanças Locais, que determina:

### *Artigo 51.º*

Empréstimos de médio e longo prazos

...





2 - Os investimentos referidos no número anterior são identificados no respetivo contrato de empréstimo e, caso ultrapassem 10 /prct. das despesas de investimento previstas no orçamento do exercício, são submetidos, independentemente da sua inclusão no plano plurianual de atividades, a discussão e a autorização prévia da assembleia municipal.

...

Essa situação não está dispensada uma vez que o empréstimo tem o valor de 268.180,00€, abaixo, portanto dos 10% da despesa de investimento programada no orçamento de 2024, ou seja, 728.798€. Vide doc. n.º 2

Mais, uma vez que, em conformidade com aquilo que foi articulado entre os dirigentes da autarquia e o executivo em regime de permanência, sendo intenção fazer uso do mecanismo previsto no art.º 52.º n.º 5 al. a) da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua redação atual, onde o legislador determinou:

*Artigo 52.º*

*Limite da dívida total*

...

*5 — Sem prejuízo do disposto no número seguinte, para efeitos do apuramento da dívida total dos municípios referida no n.º 1, não é considerado:*

*a) O valor dos empréstimos destinados exclusivamente ao financiamento da contrapartida nacional de projetos com comparticipação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) ou de outros fundos de apoio aos investimentos inscritos no orçamento da União Europeia;*

...

Sobre os limites de endividamento da autarquia, registamos que, conforme mapa anexo, à data de 30 de junho de 2024, esse valor é de 2.806.254,85€. Vide doc. n.º 3.

Para que conste e demais formalismos, regista-se que à data de 30 de junho de 2024, os empréstimos contraídos e que se encontram em liquidação têm um montante global 2.342.636,66€. Vide doc. n.º 4

A Câmara, por maioria, com a abstenção dos vereadores do PS, deliberou:

1.º - Determinar a abertura de procedimento de empréstimo de longo prazo, pelo período de 20 anos, no montante de 268.180,00€ (duzentos e sessenta e oito mil, cento e oitenta euros), para no momento adequado remeter o processo para a Assembleia Municipal para os efeitos previstos na alínea f) do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, articulado com o n.º 5 do art.º 49.º da Lei n.º 73/2013, de 16 de agosto, na sua redação atual;





2.º - Para o efeito convidar as seguintes entidades para apresentarem proposta:

2.1.º) - Caixa Geral de Depósitos;

2.2.º) - Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Guadiana Interior;

2.3.º) - Banco Santander Totta.

3.º - Aprovar a minuta do ofício convite em anexo – Vide Doc. n.º 5 - onde constam as condições da contratualização;

4.º - A Comissão de acompanhamento do procedimento de contratação do empréstimo seja constituído pelos seguintes membros:

Presidente: João Manuel Casaca Português, Presidente da Câmara;

Vogais efetivos: Vitor Manuel Parreira Fialho, Chefe da DAODS e Vitor Miguel das Dores Guerreiro da Costa Raminhos, Técnico Superior, Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento, Estudos e Projetos;

Vogais suplentes: Carmen das Dores da Silva Arrojado Estrela, Chefe da Divisão de AFC e Marina Isabel Bento Branco Batista, Assistente Técnica da DAODS.

4.1.º - O Presidente, nas suas faltas e impedimentos, será substituído pelo vogal Vitor Manuel Parreira Fialho.

5.º - Solicitar aos serviços para que junto das entidades competentes diligenciem para que o empréstimo seja excecionado do limite da dívida total do município fazendo uso do mecanismo previsto na alínea a do n.º 5 do art.º 52.º da Lei das Finanças Locais.

#### **D) Período de intervenção e esclarecimento ao público**

Sem assuntos

#### **Aprovação da ata:**

Em conformidade com o art.º 57 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para constar lavrou-se a presente ata que foi aprovada, em minuta, por unanimidade, depois de lida em voz alta na presença dos membros da Câmara, que a rubricaram.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião pelas .

E eu, José Francisco Ribeiro Roque, Coordenador Técnico, redigi a presente ata, que assino com o Senhor Presidente.

#### **DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE**

